

PROCESSO SELETIVO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR
(CÓD. 001)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

01. No MS-Word 2010, em sua configuração padrão, a partir da aba _____, no grupo _____, o ícone que permite adicionar uma Caixa de Texto, em um documento que está sendo editado é _____.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto.

- (A) Exibição ... Texto ... 
- (B) Exibição ... Formas ... 
- (C) Inserir ... Texto ... 
- (D) Inserir ... Texto ... 
- (E) Página Inicial ... Parágrafo ... 

02. Em um documento que está sendo editado no MS-Word 2010, a partir da sua configuração padrão, usando a fonte Times New Roman, parte do texto foi previamente selecionada, conforme ilustra a figura.



O processo colocado contra a empresa "Vai Levando Ltda." tem um valor total de R\$ 5.000,00. Esse processo deverá durar 2 anos, mas pode demorar mais em virtude das instâncias das defesas de apelação.

Após isso, foi aplicada a seguinte sequência de ícones , .

Assinale a alternativa que apresenta o resultado final dessa operação.

- (A) "~~Vai Levando Ltda.~~"
- (B) "Vai Levando Ltda."
- (C) "Vai Levando Ltda."
- (D) "~~Vai Levando Ltda.~~"
- (E) "*Vai Levando Ltda.*"

03. Uma planilha do MS-Excel 2010, a partir da sua configuração padrão, utilizada por um advogado para controlar os processos trabalhistas, conforme ilustra a figura a seguir, contém na coluna A o número do processo, na coluna B o nome do cliente, na coluna C contra quem o cliente está reclamando, na coluna D o valor da causa, na coluna E o valor de honorários do advogado por processo e na coluna F a indicação se a causa teve sucesso (SIM) ou (NÃO). O advogado só receberá os honorários se o campo Sucesso for SIM.

	A	B	C	D	E	F
1	Processo nº	Cliente	Contra	Valor da causa	Honorários - 30% do valor da causa	Sucesso
2	1	Ana Paula Soares	João das Flores	R\$ 10.000,00	R\$ 3.000,00	SIM
3	2	Eduardo Silva	Empresa do Calote	R\$ 15.000,00	R\$ 4.500,00	NÃO
4	3	Felipe Oliveira	Academia da Esquina	R\$ 20.000,00	R\$ 6.000,00	SIM
5	4	Gustavo Batata	Otávio Filho	R\$ 3.000,00	R\$ 900,00	NÃO
6	5	Valter Costa	Joyce Palha	R\$ 8.000,00	R\$ 2.400,00	SIM
7						
8				Total a receber	R\$ 11.400,00	
9						

A fórmula usada na célula E8, para calcular o total de honorários recebidos quando o campo Sucesso for SIM, é

- (A) =TOTALSE(E2:E6;"SIM";F2:F6)
 (B) =TOTALSE(F2:F6;"SIM";E2:E6)
 (C) =SOMASE(F2:F6;"SIM";E2:E6)
 (D) =SOMASE(E2:E6;"SIM";F2:F6)
 (E) =SOMASE(E2:F6;"SIM")

04. Em uma planilha do MS-Excel 2010, a partir da sua configuração padrão, utilizada por uma Universidade para controlar as solicitações de bolsa para pesquisa, a coluna A contém o número do Projeto, a coluna B contém o nome do Pesquisador, a coluna C contém a titulação do Pesquisador, a coluna D contém o tema da pesquisa e a coluna E contém a indicação se o projeto de pesquisa foi aprovado (SIM) ou (NÃO).

	A	B	C	D	E
1	Nº do Projeto	Pesquisador	Titulação	Tema	Aprovado
2	1	João Paulo Oliveira	PHD	Pesquisa da evolução celular	SIM
3	2	Luiz Nascimento	Msc	Pesquisa de software básico	NÃO
4	3	Maria do Socorro	PHD	Pesquisa dos Afluentes	SIM
5	4	Paula da Costa	Msc	Pesquisa de Gens	SIM
6	5	Tomas da Silva	PHD	Pesquisa Tecnologia RF	NÃO
7					
8				Total de Pesquisas Aprovadas	3

A fórmula aplicada na célula E8, para calcular o Total de projetos aprovados (SIM) é

- (A) = SE(E2:E6;"SIM")
 (B) = CALCULA.SE((E2:E6;"SIM")
 (C) =CALCULA.SE(E2;E6;"SIM")
 (D) =CONT.SE("SIM"; E2:E6)
 (E) =CONT.SE(E2:E6;"SIM")

05. Um advogado, cujo endereço eletrônico de e-mail é advogado_silva, preparou e enviou um e-mail, utilizando o MS-Outlook 2010, a partir da sua configuração padrão, para 5 (cinco) clientes, cujos endereços eletrônicos de e-mail são: cliente_1_silva, cliente_2_oliva, cliente_3_felix, cliente_4_sonia e cliente_5_bola.

No campo "Para", contém o endereço de e-mail: cliente_1_silva.

No campo "Cc", contém os endereços de e-mail: cliente_4_sonia e cliente_5_bola.

No campo "Cco", contém os endereços de e-mail: cliente_2_oliva e cliente_3_felix.

No campo "Assunto", contém a frase: Comunicado de mudança de endereço.

O cliente_1_silva após receber o e-mail, usou a opção do Outlook 2010, "Responder a todos" para enviar agradecimento ao e-mail recebido.

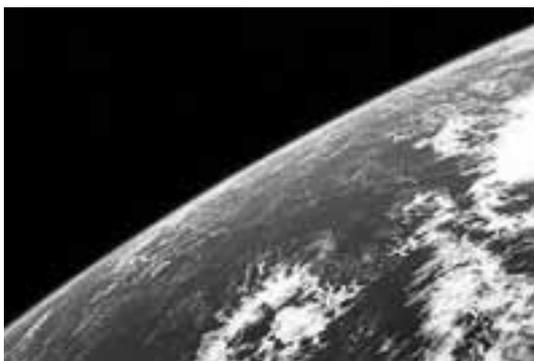
Assinale a alternativa correta com o número total de pessoas, que receberam o e-mail de retorno do cliente_1_silva.

- (A) 5.
- (B) 4.
- (C) 3.
- (D) 2.
- (E) 1.

INGLÊS TÉCNICO

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 10.

Rule of Law and Democracy: Addressing the Gap Between Policies and Practices



The Declaration adopted on 24 September 2012 by the United Nations General Assembly at the High-level Meeting on the Rule of Law at the National and International Levels reaffirmed that "human rights, the rule of law and democracy are interlinked and mutually reinforcing and that they belong to the universal and indivisible core values and principles of the United Nations". Indeed, government responsiveness to the interests and needs of the greatest number of citizens is strictly associated with the capacity of democratic institutions and processes to bolster the dimensions of rights, equality and accountability.

If considered not solely an instrument of the government but as a rule to which the entire society, including the government, is bound, the rule of law is fundamental in advancing democracy. Strengthening the rule of law has to be approached not only by focusing on the application of norms and procedures. One must also emphasize its fundamental role in protecting rights and advancing inclusiveness, in this way framing the protection of rights within the broader discourse on human development.

A common feature of both democracy and the rule of law is that a purely institutional approach does not say anything about actual outcomes of processes and procedures, even if the latter are formally correct. When addressing the rule of law and democracy nexus, a fundamental distinction has to be drawn between "rule by law", whereby law is an instrument of government and government is considered above the law, and "rule of law", which implies that everyone in society is bound by the law, including the government. Essentially, constitutional limits on power, a key feature of democracy, require adherence to the rule of law.

Another key dimension of the rule of law-democracy nexus is the recognition that building democracy and the rule of law may be convergent and mutually reinforcing processes whenever the rule of law is defined in broad, ends-based terms rather than in narrow, formal and exclusively procedural terms. The nexus is strong whenever the rule of law is conceived in its relationship with substantive outcomes, like justice and democratic governance.

(<https://unchronicle.un.org/article/rule-law-and-democracy-addressing-gap-between-policies-and-practices>. Adaptado)

06. De acordo com o primeiro parágrafo, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24 de setembro de 2012, tratou

- (A) de direitos da pessoa, igualdade e contabilidade das nações.
- (B) dos interesses e necessidades das nações.
- (C) da conexão entre direitos humanos, estado de direito e democracia.
- (D) das capacidades e limites das instituições democráticas.
- (E) da sub-representação dos cidadãos em processos governamentais.

07. According to the second paragraph, the rule of law

- (A) is an instrument accepted by specific governments.
- (B) binds the government as well as the whole society.
- (C) strictly consists of the application of norms and procedures.
- (D) may indirectly approach human development in some nations.
- (E) should specify which human rights have to be protected.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

08. The excerpt from the third paragraph – law is an instrument of government and government is considered above the law – illustrates
- (A) democracy.
 - (B) constitutional limits.
 - (C) “rule of law”.
 - (D) “rule by law”.
 - (E) that everyone in society is bound by the law.
09. No trecho do quarto parágrafo – democracy and the rule of law may be convergent and mutually reinforcing processes **whenever** the rule of law is defined in broad, ends-based terms – o termo em destaque tem sentido equivalente, em português, a
- (A) sempre que.
 - (B) embora.
 - (C) além de.
 - (D) a não ser que.
 - (E) caso contrário.
10. No trecho do quarto parágrafo – ends-based terms **rather than** in narrow, formal and exclusively procedural terms – a expressão em destaque introduz ideia de
- (A) comparação.
 - (B) condição.
 - (C) finalidade.
 - (D) simultaneidade.
 - (E) substituição.

11. Determina o art. 292 do Código Civil: “Fica desobrigado o devedor que, antes de ter conhecimento da cessão, paga ao credor primitivo, ou que, no caso de mais de uma cessão notificada, paga ao cessionário que lhe apresenta, com o título de cessão, o da obrigação cedida; quando o crédito constar de escritura pública, prevalecerá a prioridade da notificação.”

Nesse caso, a lei aplica

- (A) o princípio do contraditório.
 - (B) a teoria do adimplemento substancial.
 - (C) a teoria da aparência.
 - (D) a aplicação da pena convencional.
 - (E) o princípio da conservação dos negócios jurídicos.
12. Na situação de um negócio jurídico celebrado com o intuito de alterar o quadro societário de sociedade empresarial por meio da falsificação de assinatura de sócio, sendo que o próprio sócio prejudicado pelo falso tenha, por escritura pública, concedido ampla, geral e irrevogável quitação, a fim de ratificá-lo, esse negócio pode ser considerado
- (A) convalidado.
 - (B) confirmado.
 - (C) anulável.
 - (D) nulo.
 - (E) existente.
13. Se houver a entrega do título ao devedor, ficará sem efeito a quitação se
- (A) o credor provar, em sessenta dias, a falta do pagamento.
 - (B) o recibo for extraviado.
 - (C) não se exigir a entrega do título pelo credor.
 - (D) não for feita a entrega no domicílio do credor.
 - (E) sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução.

- 14.** O credor pode ceder o seu crédito,
- (A) sempre que exista um crédito a ceder.
 - (B) mas sua cessão jamais tem eficácia em relação ao devedor.
 - (C) sendo eficaz perante terceiros, independentemente de qualquer solenidade.
 - (D) porém, a cessão de crédito hipotecário somente terá valor se averbada no registro de imóveis.
 - (E) e salvo disposição em contrário, na cessão abrangem-se todos os seus acessórios.
- 15.** O denominado “desconto de pontualidade”, concedido por um locador de máquinas a uma empresa que faz serviços de pavimentação, para que efetue o pagamento das mensalidades até a data do vencimento ajustado, pode ser considerado como
- (A) cláusula abusiva.
 - (B) cláusula nula.
 - (C) espécie de cláusula penal.
 - (D) modo de incentivar o contratante a realizar um comportamento positivo.
 - (E) multa compensatória.
- 16.** Não cumprida a obrigação, responde o devedor
- (A) apenas pelo cumprimento atrasado da obrigação, com juros e correção monetária convencionais.
 - (B) pelo pagamento do terceiro que a cumprir, no preço que este a tiver estipulado.
 - (C) pelo pagamento da cláusula penal, por ter esta a natureza compensatória.
 - (D) pelo cumprimento da obrigação, além de perdas e danos.
 - (E) por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.
- 17.** Assinale o conceito de condição em um negócio jurídico.
- (A) É o acontecimento futuro e incerto de que depende a eficácia do negócio jurídico.
 - (B) É o momento em que começa ou se extingue a eficácia do negócio jurídico, podendo ter como unidade de medida a hora, o dia, o mês ou o ano.
 - (C) É uma cláusula acessória em que se estabelece uma liberalidade para cumprimento.
 - (D) É a prática de uma liberalidade subordinada a um ônus.
 - (E) É a cláusula que subordina a eficácia do negócio jurídico oneroso a um evento futuro e certo.
- 18.** Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, mas os prazos fixados por hora contar-se-ão
- (A) como os meses.
 - (B) de minuto a minuto.
 - (C) excluindo-se a primeira hora e incluindo a do vencimento.
 - (D) como hora cheia.
 - (E) se correspondente de 24 em 24 horas como os dias.
- 19.** Interrompe-se a prescrição
- (A) pendendo ação de evicção.
 - (B) não estando vencido o prazo.
 - (C) pendendo condição suspensiva.
 - (D) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
 - (E) contra os absolutamente incapazes.
- 20.** Considerando que a realização do negócio jurídico poderá ser comprovada por meio de testemunhas, assinale a alternativa correta.
- (A) Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.
 - (B) A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o décuplo do maior salário-mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.
 - (C) Podem ser admitidos como testemunhas de um negócio jurídico, os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou afinidade.
 - (D) O cônjuge, bem como o ascendente e o descendente em qualquer grau, podem ser admitidos como testemunhas, desde que tenham participado, de alguma forma, na elaboração da disposição de vontade.
 - (E) O tutor, representante legal do incapaz, pode testemunhar sobre a prova de fatos que só eles conhecem, desde que tenha assistido o incapaz no ato.

21. Quanto à cessão de contrato, assinale a resposta correta.

- (A) A não desoneração total do cedente impede a celebração e a validade do contrato de cessão.
- (B) Em regra geral, o cedente não se responsabiliza pelo adimplemento do contrato-base após a cessão.
- (C) O contrato somente pode ser transferido sobre as relações jurídicas ainda não exauridas.
- (D) A cessão de posição contratual, ou simplesmente cessão de contrato, consiste em negócio típico no direito brasileiro.
- (E) A cessão de contrato somente terá consequências jurídicas nos contratos ditos onerosos.

22. Sobre o adimplemento das obrigações e objeto do pagamento, assinale a alternativa correta.

- (A) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.
- (B) Vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar.
- (C) Somente o credor da dívida pode pagá-la e receber quitação.
- (D) O pagamento feito por terceiro, com conhecimento do devedor, não desobriga a obrigação original.
- (E) O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se mais valiosa.

23. A relação jurídica pela qual certa pessoa se obriga diretamente perante terceiro, por meio de ato praticado em seu nome, produzindo efeitos jurídicos, denomina-se

- (A) encargo.
- (B) cessão de débito.
- (C) cessão de direitos.
- (D) corretagem.
- (E) representação.

24. A simples propositura da ação de revisão de contrato

- (A) não inibe a caracterização da mora do autor.
- (B) determina prazo para a purga da mora.
- (C) faz com que responda pela impossibilidade da prestação.
- (D) acarretará no pagamento de perdas e danos.
- (E) torna a prestação inútil ao credor.

25. Para criar uma Fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Quanto às Fundações, é correto afirmar que

- (A) podem ser fiscalizadas pela Defensoria Pública.
- (B) podem constituir-se para fins de segurança alimentar e nutricional.
- (C) não admitem a alteração do estatuto quando criadas por testamento.
- (D) devem ser instituídas com prazo de existência.
- (E) admitem o recebimento de lucro, que se converterá em bônus entre seus administradores.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Assinale a alternativa correta a respeito do Constitucionalismo.

- (A) Os primeiros textos constitucionais emanaram como consequência de manifestações populares que reivindicavam direitos sociais a serem prestados pelo Estado.
- (B) Na Antiguidade Clássica há registros de importantes traços do surgimento do constitucionalismo, todavia, na Idade Média, denominada Idade das Trevas, houve uma regressão histórica do constitucionalismo.
- (C) Os pactos forais ou cartas de franquia, destinados a garantir determinados direitos individuais da população, ainda que timidamente, foram documentos importantes e reconhecidamente os primeiros do constitucionalismo a ter o caráter da universalidade.
- (D) As Constituições Norte-Americana de 1789 e a Francesa de 1801 são os marcos históricos e formais do constitucionalismo moderno, resultados da influência do socialismo e da contraposição ao iluminismo, deflagrados pelo liberalismo clássico.
- (E) O totalitarismo constitucional, com forte conteúdo social, e o dirigismo comunitário, que busca expandir e propagar a proteção aos direitos humanos, são expressões ligadas à concepção doutrinária do constitucionalismo contemporâneo.

27. No tocante ao tema conceito de constituição, existem pensadores e doutrinadores que formularam concepções de constituição segundo seus diferentes sentidos. Consequentemente, é correto afirmar que Ferdinand Lassale, Carl Schmitt e Hans Kelsen estão ligados às concepções de constituição, respectivamente, nos sentidos:
- (A) substancial, material e formal.
 - (B) sociológico, político e jurídico.
 - (C) pluralista, social e transcendental.
 - (D) pactual, contratualista e compromissório.
 - (E) ideológico, garantista e positivista.
28. A respeito das normas constitucionais, estas podem ser classificadas de diversas formas, tendo em vista a sua eficácia e aplicabilidade. Nesse sentido, “aponta Konrad Hesse que a força normativa da Constituição depende das possibilidades de sua realização abertas pela situação histórica, bem como da vontade constante dos implicados no processo constitucional de realizar os conteúdos da Constituição” (Gilmar Mendes). Essa modalidade de norma constitucional é pautada pela característica da
- (A) ineficácia da norma constitucional.
 - (B) norma irreal.
 - (C) sanção imperfeita.
 - (D) norma programática.
 - (E) sanção meramente formal.
29. Segundo a Carta Magna brasileira, com relação aos direitos políticos, é correto afirmar que
- (A) são ineleáveis e inalistáveis os analfabetos e os estrangeiros, e quanto aos conscritos estes não podem alistar-se como eleitores durante o período de serviço militar obrigatório.
 - (B) para concorrerem aos mesmos cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos mandatos até seis meses antes do pleito.
 - (C) o militar alistável é elegível, e se contar com menos de dez anos de serviço, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
 - (D) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
 - (E) o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado implicará na cassação dos direitos políticos do brasileiro naturalizado.
30. Paulo é estrangeiro, residente no Brasil há 19 anos ininterruptos, mas tem uma condenação criminal na justiça brasileira e pretende obter a sua naturalização como cidadão brasileiro. Nos moldes da Constituição Federal, Paulo
- (A) não tem direito à naturalização, independentemente de sua nacionalidade de origem, uma vez que, embora preencha o requisito de tempo de residência no Brasil, não pode ter condenação criminal.
 - (B) tem direito à naturalização, independentemente de sua nacionalidade de origem, pois preenche os requisitos constitucionais de tempo de residência e a condenação criminal não o impede de obtê-la.
 - (C) não tem direito à naturalização, uma vez que não preenche o requisito constitucional de tempo mínimo de residência no Brasil.
 - (D) terá direito à naturalização se a sua nacionalidade de origem for portuguesa, uma vez que preenche os demais requisitos para obtê-la.
 - (E) terá direito de obter a naturalização, independentemente de sua nacionalidade de origem, desde que a condenação criminal não tenha sido em decorrência de crime político ou de tráfico de entorpecentes ou drogas afins, pois atende os demais requisitos para obtê-la.
31. Assinale a alternativa correta a respeito das funções essenciais da Justiça.
- (A) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
 - (B) Os membros do Ministério Público gozam da garantia da vitaliciedade, após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
 - (C) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos de idade.
 - (D) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da República, observado o disposto em lei.
 - (E) São garantias institucionais da Defensoria Pública a irredutibilidade de vencimentos, a independência funcional e inamovibilidade após três anos de efetivo exercício.

- 32.** Assinale a alternativa que contempla hipótese em que deve ser aplicada a cláusula de reserva de plenário no controle de constitucionalidade exercido por órgão fracionário de tribunal.
- (A) Decisão que aplica a interpretação conforme a Constituição, sem redução de texto.
 - (B) Acórdão que decide que lei anterior não foi recepcionada pela nova ordem constitucional.
 - (C) Julgamento que segue pronunciamento do plenário do tribunal que julgou a lei inconstitucional.
 - (D) Acórdão que declara lei inconstitucional de forma incidental.
 - (E) Julgado da Turma Recursal dos Juizados Especiais que declara e afasta norma contrária à Constituição.
- 33.** A respeito das ações de controle de constitucionalidade no direito brasileiro, é correto afirmar que
- (A) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental pode ser utilizada para o controle preventivo de constitucionalidade e para normas anteriores à Constituição vigente.
 - (B) não cabe a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental para desafiar veto de Prefeito contra projeto de lei municipal que entendeu ser inconstitucional.
 - (C) não é cabível a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão quando houver lei disciplinando a matéria ainda que de forma insuficiente.
 - (D) da decisão que indeferir a petição inicial da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão não caberá recurso.
 - (E) na Ação Direta de Inconstitucionalidade o STF fica vinculado ao pedido inicial, não podendo proclamar a inconstitucionalidade por fundamento diverso do alegado.
- 34.** Assinale a alternativa que contempla ação de controle de constitucionalidade que é dotada da característica da subsidiariedade.
- (A) Ação Direta de Inconstitucionalidade.
 - (B) Ação Declaratória de Constitucionalidade.
 - (C) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
 - (D) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - (E) Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.
- 35.** Considerando julgamento do Tribunal de Justiça que julgou válida lei municipal contestada em face de norma da Constituição Estadual a qual repete dispositivo da Constituição Federal, é correto afirmar que, nesse caso, o controle de constitucionalidade
- (A) finda-se com o trânsito em julgado da decisão do Tribunal de Justiça que apreciou a questão no âmbito da Constituição Estadual, independentemente do tipo de norma constitucional que serviu de parâmetro para a decisão.
 - (B) permite que a decisão do Tribunal de Justiça seja revista pelo STF por meio de recurso extraordinário, se a norma da Constituição Estadual for a denominada norma de imitação da Constituição Federal.
 - (C) finda-se, apenas, quando houver pronunciamento do STF sobre a matéria por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental, independentemente do tipo de norma constitucional debatida.
 - (D) será concluído por decisão do STF, por meio de incidente de inconstitucionalidade a ser remetido à Suprema Corte, pois esta deve ter a decisão final quando a norma da Constituição Estadual repete norma da Constituição Federal.
 - (E) autoriza a interposição de recurso extraordinário da decisão do Tribunal de Justiça para exame pelo STF se a norma da Constituição Estadual em discussão for norma de repetição obrigatória.
- 36.** A respeito do Tribunal de Contas do Estado, a Constituição Bandeirante estabelece que os seus Conselheiros
- (A) serão escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.
 - (B) para serem nomeados devem possuir, dentre outros requisitos, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de Administração Pública.
 - (C) terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Deputados Estaduais.
 - (D) serão substituídos nas suas faltas e impedimentos, na forma determinada em lei, depois de aprovados os substitutos, pelo Governador.
 - (E) farão declaração pública de bens, no ato da posse e a cada dois anos, até o término do exercício do cargo.

37. No tocante à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, ilegalidade, ou ofensa aos princípios do artigo 37 da Constituição Federal, dela darão ciência
- (A) ao Ministério Público, para as providências civis, criminais e administrativas.
 - (B) ao Ministério Público, sob pena de serem responsabilizados criminalmente pela omissão.
 - (C) ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (D) ao Presidente da Assembleia Legislativa, que remeterá a denúncia à Procuradoria do Tribunal de Contas.
 - (E) à Procuradoria do Estado, sob pena de responsabilidade funcional, se servidor público, ou civil, se particular sem vínculo com o Estado.
38. A Constituição do Estado de São Paulo estabelece que o Ministério Público Estadual
- (A) é instituição auxiliar da Justiça, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
 - (B) tem como seus princípios institucionais a irredutibilidade de subsídios, a inamovibilidade e a independência funcional de seus membros.
 - (C) goza de autonomia funcional e administrativa e suas decisões têm eficácia plena e executividade imediata, e essas prevalecerão sobre a competência constitucional dos Poderes do Estado.
 - (D) elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a, por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, ao Poder Executivo, para inclusão no projeto de lei orçamentária.
 - (E) administrará, autonomamente, seus próprios recursos orçamentários, e os não originários do Tesouro Estadual serão utilizados livremente pela Instituição de forma desvinculada de qualquer destinação.
39. Assinale a alternativa que contempla afirmativa correta a respeito da Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).
- (A) É possível a instauração de duas CPIs simultâneas dentro de uma mesma Casa Legislativa.
 - (B) Na Câmara dos Deputados as CPIs deverão se encerrar no prazo de até 120 dias improrrogáveis.
 - (C) O cônjuge de investigado na CPI tem obrigação de depor e é obrigado a firmar compromisso de dizer a verdade.
 - (D) As CPIs, dentro dos seus poderes próprios da autoridade judicial, podem aplicar medidas assecuratórias inseridas no poder geral de cautela do juiz.
 - (E) É vedado às CPIs expedir ordens de prisão, ainda que seja no caso de flagrante delito.
40. A respeito dos impostos estaduais, é correto afirmar que
- (A) o imposto sobre transmissão *causa mortis* de bens móveis e imóveis e de quaisquer bens e direitos é da competência do Estado onde tiver domicílio o doador.
 - (B) o ICMS será não cumulativo e é vedado ao poder público estabelecer distinção para fins de tributação em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
 - (C) o Congresso Nacional deverá estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas do ICMS, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
 - (D) é uma hipótese de incidência do ICMS a entrada de bem importado do exterior por pessoa física, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, cabendo este ao Estado onde estiver situado o domicílio do destinatário do bem.
 - (E) o ICMS incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.
41. Segundo as regras de repartição de receitas tributárias, o Estado de São Paulo destinará aos Municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) licenciados em seus respectivos territórios, no percentual de
- (A) 10% e também 15% do ICMS.
 - (B) 15% e também 20% do ICMS.
 - (C) 20% e também 30% do ICMS.
 - (D) 30% e também 15% do ICMS.
 - (E) 50% e também 25% do ICMS.

42. É um princípio constitucional relativo à autonomia das universidades públicas do Estado de São Paulo, dentre outros:
- (A) utilização dos recursos de forma a agilizar o atendimento à demanda social, tanto mediante cursos gratuitos, quanto atividades de prestação de serviços sociais à população.
 - (B) a criação de formas de participação da sociedade, por meio de instâncias políticas externas à universidade, na avaliação do desempenho da administração dos recursos e da qualidade do corpo docente.
 - (C) aplicação anual, pelo Estado, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público universitário, no mínimo, trinta por cento da receita resultante de impostos, excluindo recursos provenientes de transferências.
 - (D) manutenção de cursos noturnos pelas universidades que, no conjunto de suas unidades, correspondam a um quinto, pelo menos, do total das vagas por elas oferecidas.
 - (E) representação e participação de todos os segmentos da comunidade interna nos órgãos decisórios e na escolha de dirigentes, na forma de seus estatutos.
43. Segundo a Constituição Bandeirante, o Estado destinará o mínimo de um por cento de sua receita tributária à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para
- (A) pagamento dos seus bolsistas e funcionários administrativos.
 - (B) aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico.
 - (C) desenvolvimento de projetos de pesquisa destinados à solução dos problemas sociais e ambientais.
 - (D) financiamento de programas de pós-graduação de alta qualificação em áreas de interesse para o desenvolvimento do país.
 - (E) qualificação e desenvolvimento de professores universitários e bolsistas, com o oferecimento de cursos de capacitação em grandes centros de pesquisas no exterior.
44. Considerando as súmulas do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) É cabível o *habeas data* independentemente de ter havido recusa de informações por parte da autoridade administrativa.
 - (B) Não cabe a interposição de mandado de segurança contra ato de juizado especial.
 - (C) Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
 - (D) Os atos do Presidente do Tribunal que disponham sobre processamento e pagamento de precatório tem caráter jurisdicional.
 - (E) A fixação do horário bancário para atendimento ao público é da competência dos Estados.
45. Nos moldes do contido nas súmulas do Supremo Tribunal Federal,
- (A) não cabe agravo regimental contra decisão do relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança.
 - (B) cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.
 - (C) é constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel.
 - (D) norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária deve se sujeitar ao princípio da anterioridade.
 - (E) não ofende a Constituição Federal a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

- 46.** Fundação instituída e mantida pelo Estado, com finalidade de amparo à pesquisa científica, foi consultada pela Casa Civil para celebrar ajuste tendo por objeto identificar e estabelecer as condições para selecionar e apoiar projetos privados de pesquisa científica e tecnológica com vistas ao fomento do desenvolvimento de áreas consideradas de relevante interesse público estadual e, como produto, termo de referência que indique os parâmetros de elaboração, de avaliação e classificação dos projetos, conforme o limite dos recursos orçamentários estaduais disponíveis para tal finalidade. O instrumento jurídico adequado para formalizar o ajuste proposto será o
- (A) contrato de repasse, entabulado por intermédio de banco oficial, a quem competirá gerir os recursos financeiros necessários à concretização da proposta.
 - (B) termo de colaboração, mediante declaração de inexigibilidade de chamamento público, em razão da natureza singular do objeto a ser executado por fundação que se caracteriza como organização da sociedade civil.
 - (C) contrato administrativo, entre Estado e Fundação, para a consecução da finalidade de interesse público, mediante declaração de inexigibilidade de licitação, em razão da Fundação, instituição brasileira, ser incumbida por lei da pesquisa e ensino.
 - (D) convênio, entre Estado e pessoa jurídica a ele vinculada, considerando o interesse público recíproco na consecução do objeto proposto.
 - (E) termo de fomento, mediante declaração de dispensa de chamamento público, em razão do objeto singular e da Fundação ter sido criada para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei federal nº 13.019/2014 (novo marco regulatório das organizações da sociedade civil).
- 47.** Para consecução dos fins constitucionalmente previstos, sem criação de nova pessoa jurídica, o Poder Público pode dividir competência em razão da matéria, da hierarquia ou seguindo outros critérios razoáveis, por meio da chamada
- (A) desconcentração.
 - (B) descentralização.
 - (C) deslegalização.
 - (D) outorga de título de utilidade pública.
 - (E) celebração de contrato de gestão com agências executivas.
- 48.** Sobre a origem do Direito Administrativo, é correto afirmar que
- (A) se deu no período que antecedeu a Revolução Francesa, século XVI, época em que a gestão pública era legalmente incondicionada.
 - (B) é atribuída à corrente do jusnaturalismo segundo a qual os súditos submetiam-se à lei como resultado da vontade suprema do rei ou monarca.
 - (C) adveio da consagração do sistema de dualidade de jurisdição, adotado desde o século XVIII nos países anglo-saxões.
 - (D) foi estimulada por autores contratualistas que defenderam a diminuição do arbítrio estatal por meio da submissão do Poder Público à lei como resultado da vontade geral ou da divisão das funções estatais entre diferentes órgãos.
 - (E) resultou da adoção de Constituições escritas prevenindo o exercício moderado do poder e jurisdição una, conforme o modelo francês produto da revolução.
- 49.** Autarquia, pretendendo contratar serviços gráficos para elaboração de folders e divulgação de informações ao público, realizou pesquisa de preços e estimou o valor total da contratação em R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Em dúvida quanto ao procedimento que deveria adotar para concretização da contratação, consultou a área jurídica que, corretamente, orientou a
- (A) declarar dispensada a licitação, em razão do valor, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 e formalizar a contratação por meio de nota de empenho de despesa.
 - (B) declarar inexigível a licitação em razão do objeto, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 e firmar instrumento de contrato, indispensável nos termos da lei.
 - (C) realizar licitação, na modalidade pregão presencial em razão da indispensabilidade de apresentação de amostras, do tipo melhor técnica e preço, nos termos da Lei federal nº 10.520/2002.
 - (D) realizar chamamento público com vistas a selecionar organização da sociedade civil cuja proposta torne mais eficaz a execução do projeto, observadas as disposições da Lei federal nº 13.019/2014.
 - (E) realizar licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em razão do valor total estimado da contratação, se preenchidos os demais requisitos da Lei Complementar federal nº 123/2006, podendo ser adotada a modalidade pregão eletrônico.

50. A Lei federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública (Lei Anticorrupção), ao criar o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP,
- (A) extinguiu o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, determinando a existência de um único cadastro para fins de registro das sanções impostas às empresas com fundamento na própria Lei Anticorrupção e também na Lei federal nº 8.666/93.
 - (B) autorizou que os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo suspendam os registros por eles realizados junto ao CNEP em caso de celebração de acordo de leniência.
 - (C) atribuiu responsabilidade aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União a competência exclusiva para informar e manter atualizados, no CNEP, os dados relativos às sanções aplicadas por todos os entes da federação.
 - (D) determinou a exclusão do registro de sanções e acordos de leniência depois de decorrido o prazo previamente estabelecido no ato sancionador ou do cumprimento integral do acordo de leniência e da reparação do eventual dano causado, mediante solicitação do órgão ou entidade sancionadora.
 - (E) determinou que a pessoa jurídica que descumprir os termos do acordo de leniência seja automaticamente incluída no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS, mantido pelo Tribunal de Contas da União.
51. A respeito das Fundações de apoio, é correto afirmar que
- (A) não se submetem a controle político ou financeiro pelo Tribunal de Contas, pessoas jurídicas de direito privado que são.
 - (B) são instituídas e mantidas pelo Poder Público com a finalidade precípua de fornecer bens e serviços para a Administração Direta e, por isso, submetem-se a controle externo pelo Poder Legislativo.
 - (C) em regra, não realizam licitação para contratação diretamente relacionada a sua atividade fim, tampouco concurso público para admissão de profissionais responsáveis pela execução de sua atividade fim.
 - (D) em regra, suas contratações devem ser precedidas de licitação, assim como as contratações de pessoal devem ser precedidas de concurso público, exceto cargos comissionados puros.
 - (E) se submetem a controle externo pelo Tribunal de Contas apenas no que se refere à aplicação dos recursos públicos a elas aportados, excluídos os atos de gestão que obedecem normas internas próprias e critérios puramente discricionários.
52. Diretoria de Recursos Humanos de uma empresa pública, em procedimento regular de controle de pessoal, constatou que um empregado público, aprovado em concurso seletivo ocorrido em 2014 e integrante de seu quadro de pessoal desde aquele ano, a partir de janeiro de 2018 apresenta desempenho insuficiente. Propôs, então, ao Diretor Presidente da empresa, a dispensa desse empregado. A autoridade máxima da entidade, em dúvida quanto à providência correta a ser adotada, consultou o procurador jurídico que, observando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, orientou o consultante a
- (A) demitir o empregado público, expondo as razões de fato e de direito que fundamentam sua decisão.
 - (B) determinar a instauração de processo administrativo disciplinar a fim de apurar a prática de infração disciplinar apenada, nos termos do estatuto da entidade, com demissão, nomeando comissão processante.
 - (C) determinar apuração da prática de procedimento irregular de natureza grave, o que poderá ser feito por procedimento simplificado, respeitado o regulamento interno da empresa, porque o ocupante de emprego público há mais de três anos goza de estabilidade, nos termos do artigo 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
 - (D) exonerar o empregado público cuja avaliação de desempenho tenha sido insuficiente, vez que a exoneração em estágio probatório não constitui sanção disciplinar.
 - (E) determinar, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal, a instauração de comissão multidisciplinar para realização de avaliação especial de desempenho, cujo relatório final terá efeito vinculante para a autoridade máxima da empresa.
53. O servidor ocupante de cargo temporário do quadro da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo vincula-se
- (A) ao regime jurídico único estatutário de pessoal e ao regime geral de previdência social.
 - (B) ao regime jurídico único celetista de pessoal e ao regime próprio de previdência social.
 - (C) ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime geral de previdência social.
 - (D) ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime próprio de previdência social.
 - (E) ao regime jurídico-disciplinar celetista e ao regime complementar de previdência social.

- 54.** O Poder Público, em 1º de junho de 2018, celebrou contrato, após regular procedimento de licitação, com a empresa “Projetos e Projetos Ltda”, tendo por objeto a elaboração de estudos de viabilidade de projeto de construção e operação de laboratório para realização de procedimentos de alta complexidade. No curso da execução do ajuste, em 15 de novembro de 2018, o contratante, fundamentada e unilateralmente alterou parcialmente as especificações técnicas do objeto, para indicar uma possível localização da futura instalação do empreendimento. A contratada, então, solicitou prorrogação do prazo de vigência original de seis meses contado a partir da data da assinatura do instrumento contratual, por mais um semestre. O pleito de prorrogação
- (A) não poderá ser deferido, já que a duração dos contratos de escopo, nos termos da lei, ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ou seja, no exercício financeiro em curso apenas.
 - (B) poderá ser deferido, já que a lei admite a prorrogação de prazo de vigência dos contratos de escopo, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, em razão de alteração do projeto ou especificações pelo Poder Público.
 - (C) poderá ser deferido, já que se trata, na hipótese, de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, podendo ter, por lei, sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a sessenta meses.
 - (D) não poderá ser deferido, já que a modificação unilateral procedida pelo Poder Público altera substancialmente o objeto licitado, impondo-se a anulação do contrato, nos termos da lei.
 - (E) poderá ser deferido, desde que a contratada expressamente aceite a modificação das especificações técnicas do objeto que, na hipótese, revelam necessidade de modificação do regime de execução do serviço contratado.
- 55.** Na hipótese de empregado de Agência Reguladora que, no exercício de sua atividade de fiscalização e monitoramento de execução de contrato de delegação de serviço público, causar dano a terceiro, haverá, em tese, responsabilidade civil extracontratual
- (A) objetiva da agência reguladora, por ato comissivo de seu empregado.
 - (B) subjetiva da agência reguladora, devendo-se apurar dolo ou culpa do empregado.
 - (C) subjetiva do Poder Concedente, já que a agência reguladora não tem personalidade jurídica própria.
 - (D) objetiva do empregado da agência reguladora, por ato decorrente do exercício de poder de polícia.
 - (E) objetiva do Poder Concedente, titular do serviço público delegado, a que subordinada a agência reguladora.
- 56.** Em razão do regime jurídico administrativo, a Administração Pública
- (A) pode celebrar contratos com os particulares, os quais somente poderão ser extintos pelo advento do seu termo, por decisão conjunta das partes ou por inadimplemento da Administração.
 - (B) pode alterar unilateralmente as cláusulas econômicas dos contratos administrativos.
 - (C) somente pode ter os seus atos ilegais anulados por decisão do Poder Judiciário.
 - (D) depende de decisão judicial para efetivar a ocupação temporária de imóvel alheio.
 - (E) é obrigada a dar publicidade dos atos administrativos que praticar.
- 57.** Após a celebração do contrato administrativo e o início de sua execução, a autoridade administrativa, provocada por um cidadão, verifica a existência de ilegalidade no procedimento licitatório, pois não houve republicação do edital após a realização de alteração em seus termos, que afetou de maneira inquestionável a formulação das propostas.
- Nesse caso,
- (A) a autoridade administrativa competente deverá revogar a licitação em razão do interesse público decorrente de fato devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
 - (B) a declaração de nulidade do procedimento licitatório não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada.
 - (C) deverá ser declarada a caducidade da licitação, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
 - (D) a nulidade do procedimento licitatório não induz à nulidade do contrato, em razão do princípio da autonomia contratual e não gera obrigação de indenizar para a Administração Pública.
 - (E) a celebração do contrato convalidou tacitamente o procedimento licitatório, cabendo à autoridade administrativa declarar essa convalidação.

58. Acerca dos convênios, é correto afirmar:

- (A) a aprovação do plano de trabalho proposto pela organização interessada poderá ser realizada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de convênio.
- (B) assinado convênio em que exista previsão de repasse de recursos, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo ao Ministério Público.
- (C) quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno, as parcelas do convênio ficarão retidas até o saneamento dessas impropriedades.
- (D) os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.
- (E) quando da denúncia do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, pertencerão à organização interessada.

59. Os particulares em colaboração com o Poder Público são as pessoas físicas

- (A) que concorrem para o direcionamento dos fins da ação do Estado mediante a fixação de metas, diretrizes ou planos que pressupõem decisões governamentais.
- (B) contratadas por tempo determinado para atenderem as necessidades temporárias de excepcional interesse público, exercendo função de regime jurídico especial, fixado em lei por cada unidade da federação.
- (C) sujeitas a regime contratual pautado na legislação trabalhista, submetendo-se às normas constitucionais referentes à investidura e à proibição de acumulação de empregos e vencimentos.
- (D) que exercem função pública, em seu próprio nome, sem vínculo empregatício, porém sob fiscalização do Poder Público, podendo receber remuneração paga por terceiros.
- (E) que ocupam cargos públicos efetivos ou em comissão, sujeitos ao regime estatutário fixado em lei, podendo adquirir estabilidade, recebendo remuneração paga pela Administração Pública.

60. A FAPESP deseja transferir alguns bens móveis para uma Faculdade de Medicina Federal, pois eles são necessários ao desenvolvimento de projetos de pesquisa dessa instituição. A transferência desses bens é pura e simples, não estando sujeita a qualquer encargo. Sobre a transferência, é correto afirmar que

- (A) por se tratar de alienação gratuita de bens móveis depende de autorização legislativa específica.
- (B) será realizada por doação e não depende da realização de licitação, porque inexistente competição sendo formalizada por contrato de doação, sem previsão de qualquer encargo.
- (C) deverá ser precedida de licitação na modalidade pregão e somente poderá ser formalizada por meio de termo de transferência.
- (D) está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, podendo a avaliação do bem ser realizada após a efetivação da alienação.
- (E) não poderá ser realizada, pois a lei somente permite a transferência de bens entre órgãos ou entidades da Administração Pública da mesma esfera de governo.

61. Após conceder bolsa de estudos para que um indivíduo cursasse o doutorado, a FAPESP toma conhecimento de que os dados curriculares apresentados pelo candidato não retratavam a realidade. Esses dados eram obrigatórios e essenciais à concessão da bolsa. A Fundação

- (A) com base nos indícios de irregularidade nas informações fornecidas pode cancelar de ofício a bolsa concedida, independentemente da instauração de procedimento administrativo.
- (B) deve instaurar de ofício processo administrativo para apurar os fatos, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao bolsista e, uma vez constatada a irregularidade, pode cancelar a bolsa concedida.
- (C) deve encaminhar representação ao Ministério Público para instauração de inquérito civil para apurar eventuais ilegalidades que, se comprovadas, implicam no cancelamento da bolsa concedida.
- (D) somente poderá instaurar processo administrativo para apurar os fatos mediante provocação de eventuais interessados, devendo garantir o contraditório e a ampla defesa ao investigado e, uma vez constatada a irregularidade, poderá cancelar a bolsa.
- (E) deverá recorrer ao Poder Judiciário para cancelar o ato que concedeu a bolsa, comprovando a ocorrência da ilegalidade, sendo-lhe vedado realizar administrativamente o cancelamento da bolsa.

62. Acerca das Fundações públicas, é correto afirmar que

- (A) seus bens são graváveis com ônus reais, podendo ser afetados com direitos reais de garantia.
- (B) os seus empregos são cumuláveis com outros empregos e funções públicos.
- (C) a remuneração paga aos seus servidores não está sujeita às regras do teto constitucional.
- (D) não se sujeitam à falência.
- (E) seus agentes são considerados funcionários públicos para os fins criminais, mas não o são para os fins de impetração de mandado de segurança e ingresso com ação popular.

63. Nos termos do artigo 10 da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbarateamento ou dilapidação dos bens ou haveres de entidades mencionadas em lei, especialmente

- (A) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades da Administração Pública direta ou indireta por preço superior ao valor de mercado.
- (B) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades da Administração Pública direta ou indireta, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- (C) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- (D) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- (E) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.

64. Sobre o poder normativo da Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) é aquele em função do qual a Administração Pública edita atos de efeitos genéricos e concretos complementares das leis.
- (B) o poder regulamentar é espécie de poder normativo que abrange não apenas a edição de atos normativos, mas a fiscalização do seu cumprimento, a imposição de sanções e a mediação de conflitos.
- (C) compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da Administração, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- (D) os decretos regulamentares são aqueles que dispõem sobre matéria ainda não regulada especificamente em lei.
- (E) os decretos autônomos são aqueles expedidos para reger o funcionamento de órgãos colegiados no âmbito do Poder Legislativo ou Judiciário.

65. O controle administrativo

- (A) é exercido por todos os Poderes sobre suas próprias atividades tanto sob o aspecto de legalidade quanto em relação ao mérito.
- (B) deriva do poder-dever de polícia que a Administração Pública tem sobre os seus agentes.
- (C) permite que a Administração Pública anule os atos ineficientes ou inoportunos, revogue os atos ilegais ou altere os seus próprios atos, mas não permite a aplicação de penalidades administrativas aos seus agentes.
- (D) é eminentemente político e é exercido pelos órgãos legislativos ou por comissões parlamentares sobre atos do Poder Executivo.
- (E) é exercido pelo Tribunal de Contas e se refere fundamentalmente à prestação de contas de todo aquele que administra bens, valores ou dinheiros públicos.

66. O contrato de trabalho intermitente

- (A) não se aplica aos aeronautas, pois são regidos por legislação própria.
- (B) se aplica indistintamente a qualquer atividade, não havendo restrições, desde que devidamente pactuado entre empregado e empregador.
- (C) pressupõe o trabalho subordinado, contínuo e remunerado, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- (D) não pode ser pactuado por prazo indeterminado, sendo indispensável a forma escrita.
- (E) pressupõe a não alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em dias ou meses.

67. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, para a configuração do grupo econômico

- (A) basta a identidade de sócios e atuação conjunta das empresas.
- (B) é suficiente a atuação conjunta das empresas e a coincidência de domicílio.
- (C) é necessária a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
- (D) as empresas não podem guardar autonomia entre si, sendo imprescindível a efetiva comunhão de interesses e atuação conjunta.
- (E) há necessidade de as empresas estarem sob direção, controle ou administração de outra, constituindo uma espécie de *holding*.

68. Considera-se trabalhador avulso aquele que, sindicalizado ou não, presta serviços

- (A) eventuais para uma empresa, sem a intermediação do sindicato da categoria profissional.
- (B) eventuais ou temporários para uma ou mais empresas, com intermediação da empresa prestadora de serviços.
- (C) de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com intermediação obrigatória do órgão de gestão de mão de obra ou do sindicato da categoria profissional.
- (D) na condição de trabalhador intermitente ou terceirizado, com registro em carteira de trabalho e previdência social.
- (E) de natureza exclusivamente urbana, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria profissional.

69. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, a convenção e o acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuserem sobre

- (A) normas de identificação profissional e banco de horas anual.
- (B) seguro-desemprego e intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- (C) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e regulamento empresarial.
- (D) número de dias de férias ao empregado e plano de cargos e salários.
- (E) adesão ao Programa Seguro-Emprego e modalidade de registro de jornada de trabalho.

70. A eleição de uma comissão de representantes dos empregados

- (A) é assegurada nas empresas com mais de cem empregados.
- (B) depende de previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho nas empresas com mais de duzentos empregados.
- (C) depende de previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho nas empresas com até quinhentos empregados.
- (D) é assegurada nas empresas com mais de duzentos empregados.
- (E) depende de fiscalização do sindicato da categoria profissional, conforme disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

71. De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a empregada gestante

- (A) tem direito à indenização decorrente da estabilidade, desde que o estado gravídico tenha sido comunicado ao empregador.
- (B) tem direito à garantia da estabilidade provisória mesmo na hipótese de admissão em contrato por prazo determinado.
- (C) só pode ser despedida após apuração de falta grave em inquérito judicial, nos termos da lei.
- (D) pode trabalhar em atividade insalubre ou perigosa, desde que autorizada por médico de sua confiança.
- (E) tem direito à licença-maternidade de 120 dias, mesmo no caso de aborto não criminoso.

- 72.** O contrato de trabalho nulo, por ausência de concurso público, celebrado com ente da Administração Pública indireta,
- (A) se extingue se houver a privatização.
 - (B) tem os efeitos convalidados se continuar a existir após eventual privatização.
 - (C) tem os efeitos convalidados no prazo de cinco anos.
 - (D) assegura todos os direitos ao empregado, tendo em vista o princípio da primazia da realidade.
 - (E) assegura ao empregado apenas os salários, depósito do fundo de garantia do tempo de serviço e estabilidade após três anos de serviço.
- 73.** Nos termos da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) a interposição de recurso intempestivo protraí o termo inicial do prazo decadencial para ajuizamento da ação rescisória.
 - (B) o acordo homologado judicialmente terá força de decisão irrecurável quando nenhuma das partes interpuser o recurso cabível no prazo legal.
 - (C) é cabível a ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.
 - (D) não cabe ação rescisória de ação rescisória na execução trabalhista, a partir da vigência do CPC/2015.
 - (E) os descontos previdenciários e fiscais devem ser efetuados pelo juízo da execução, ainda que a sentença exequenda tenha sido omissa sobre a questão.
- 74.** No processo do trabalho, podem ser opostas com suspensão do feito
- (A) as exceções de incompetência e suspeição.
 - (B) as exceções de litispendência e coisa julgada.
 - (C) as exceções de convenção de arbitragem e perempção.
 - (D) a reconvenção e as alegações preliminares em contestação.
 - (E) as preliminares de carência de ação e ausência dos pressupostos processuais.
- 75.** A nulidade processual trabalhista
- (A) não será declarada quando a parte concordar em ressarcir o dano da parte contrária.
 - (B) não será declarada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
 - (C) pode prejudicar os atos anteriores já praticados.
 - (D) pode ser declarada em favor daquele que lhe deu causa.
 - (E) deve ser declarada *ex officio* quando fundada na incompetência em razão do valor.
- 76.** Em audiência trabalhista, o preposto do empregador
- (A) deve ser empregado ou gerente que tenha conhecimento dos fatos.
 - (B) deve ser empregado quando se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - (C) não precisa ser empregado, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
 - (D) não precisa ser empregado.
 - (E) não precisa ser empregado, desde que se trate de empregador doméstico.
- 77.** Na hipótese de ausência do reclamante à audiência, a reclamação será arquivada, sendo devidas as custas,
- (A) ainda que o reclamante seja beneficiário da justiça gratuita.
 - (B) salvo se o reclamante for beneficiário da justiça gratuita.
 - (C) salvo se o reclamante comprovar, no prazo de vinte e quatro horas, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.
 - (D) salvo se o reclamante justificar a ausência, no prazo de dez dias.
 - (E) ainda que o reclamante seja beneficiário da justiça gratuita, hipótese em que a lei faculta ao juiz conceder a isenção.
- 78.** Em reclamação trabalhista, cujo valor da causa correspondeu a R\$ 10.000,00, uma Fundação pública estadual pretende a anulação da sentença, sob alegação de cerceamento de defesa, pois teve indeferida a oitiva de sua terceira testemunha, que seria imprescindível à prova de suas alegações. Nesse caso, admitindo a veracidade da alegação de imprescindibilidade da prova,
- (A) a sentença não pode ser anulada, pois a demanda seguiu o rito sumaríssimo.
 - (B) a sentença deve ser anulada, tendo em vista a flagrante violação do amplo direito de defesa, pois a Fundação poderia ouvir até seis testemunhas.
 - (C) a sentença deve ser anulada, pois não se aplica o rito sumaríssimo à hipótese.
 - (D) a anulação depende do entendimento do Tribunal Regional do Trabalho respectivo, pois o rito sumaríssimo é facultativo na hipótese.
 - (E) a sentença deve ser anulada, pois o direito à oitiva de três testemunhas é uma faculdade da Fundação pública, mesmo que seja observado o rito sumaríssimo.

79. Contra a sentença que julga procedente o pedido em reclamação trabalhista ajuizada em face de uma empresa pública estadual, cabe recurso ordinário no prazo de
- (A) oito dias corridos.
 - (B) oito dias úteis.
 - (C) dezesseis dias úteis.
 - (D) dezesseis dias corridos.
 - (E) trinta dias úteis.

80. Em reclamação trabalhista, a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é
- (A) da reclamada, desde que sucumbente em qualquer objeto da demanda.
 - (B) da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da justiça gratuita.
 - (C) da União, tendo em vista o princípio da gratuidade na Justiça do Trabalho.
 - (D) da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.
 - (E) das partes litigantes, devendo o juiz exigir adiantamento de valores para realização da perícia.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

81. As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei, sendo certo que
- (A) a execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.
 - (B) a ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa para análise da demanda.
 - (C) o foro de domicílio do inventariante é o competente para julgamento do inventário.
 - (D) a ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de seu endereço residencial.
 - (E) se o Estado for o demandado, a ação deverá ser proposta no foro de domicílio do réu, ou no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda.

82. Serão representados em juízo, ativa e passivamente, nos exatos termos do art. 75, do CPC:
- (A) o município, exclusivamente por procurador municipal.
 - (B) a Fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar.
 - (C) a massa falida, pelo síndico.
 - (D) a herança jacente ou vacante, por seu inventariante.
 - (E) a sociedade irregular, por seu proprietário, ainda que não esteja na administração de seus bens.

83. São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, conforme determina o Código de Processo Civil de 2015,
- (A) expor o direito em juízo conforme a verdade.
 - (B) não formular pretensão ou defesa quando ciente de que são polêmicas.
 - (C) cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais de natureza final, não criando embaraços à sua efetivação, discutindo as de natureza provisória.
 - (D) não praticar qualquer inovação, transação ou assunção no estado de direito do bem litigioso.
 - (E) declinar, no primeiro momento que lhe couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.

84. Com relação aos prazos processuais, é correto afirmar que
- (A) inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
 - (B) não será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
 - (C) na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis, seja prazo processual ou material.
 - (D) quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.
 - (E) se interrompe o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.

- 85.** Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. No que concerne ao ato citatório, cabe asseverar que
- (A) para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ainda que seja caso de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.
 - (B) o comparecimento espontâneo do réu supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir da decisão de deferimento de seu ingresso no feito o prazo para apresentação de contestação.
 - (C) a citação dos Estados, e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público, será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.
 - (D) poderá ser realizado pelo correio, em se tratando de ações de estado.
 - (E) a citação válida, desde que ordenada por juízo competente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- 86.** Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- Relativamente ao procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, assinale a alternativa correta.
- (A) O seu requerente fica dispensado de recolher custas processuais, juntamente com a petição inicial.
 - (B) Se deferida a tutela antecipada antecedente liminarmente, como regra, o réu será citado para contestar o feito.
 - (C) Na sua petição inicial, o autor fica dispensado de indicar o valor da causa.
 - (D) Quando concedida liminarmente, torna-se estável, caso não haja contestação.
 - (E) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- 87.** O pedido formulado na petição inicial deve ser certo e determinado, cabendo anotar que
- (A) são considerados pedidos implícitos os juros legais, a correção monetária e a multa.
 - (B) a interpretação do pedido considerará o princípio dos sistemas de vasos comunicantes da postulação.
 - (C) na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações conjuntivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.
 - (D) é lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
 - (E) é possível formular pedido genérico nas ações reflexivas, se o autor não puder individualizar os bens demandados.
- 88.** A respeito da contestação, assinale, como regra, a afirmação correta.
- (A) Ofertada alegação de ilegitimidade de parte em seu corpo, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
 - (B) Em sua estruturação como preliminar de mérito, deve ser discutido o impedimento do juiz da causa.
 - (C) O prazo para a sua oferta começa a contar a partir da juntada do mandado de citação aos autos.
 - (D) Incumbe ao réu alegar em seu bojo, toda a matéria de resposta, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir, além de atribuir valor da causa de defesa.
 - (E) Ainda que o réu não sustente em seu conteúdo a existência de convenção de arbitragem, o juiz poderá conhecer de ofício de tal matéria.

- 89.** As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no Código de Processo Civil de 2015, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz. Sobre o regramento das provas, constante no diploma processual civil referido, é importante ressaltar que o juiz:
- (A) dada a inércia do Poder Judiciário, deve determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito, apenas a requerimento da parte.
 - (B) apreciará a prova constante dos autos, vinculada e a partir do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
 - (C) aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a estas, o exame pericial.
 - (D) poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, dispensado o contraditório nos autos do processo em curso para qual foi trazida.
 - (E) deverá, em caso de descumprimento de exibição de documento que esteja em poder de terceiro, determinar, a imposição de multa, mas não outras medidas inductivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias.
- 90.** No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar, observando que:
- (A) instalada a audiência, tentará conciliar as partes, desde que anteriormente não tenha ocorrido o emprego de outros métodos de solução consensual de conflitos.
 - (B) exercerá o poder de polícia sobre ela, incumbindo-lhe ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente.
 - (C) havendo necessidade de prova oral, ouvirá, preferencialmente, as seguintes pessoas na ordem que segue, a saber: partes, testemunhas e por fim o perito.
 - (D) por convenção das partes, em conjunto com as testemunhas, poderá ser adiada.
 - (E) não poderá dispensar a produção das provas requeridas pelo membro do Ministério Público que não esteja presente em audiência, devendo portanto redesigná-la.
- 91.** O poder jurisdicional terá concretude máxima ao ser prolatada sentença no processo, que pode ocorrer com ou sem análise do mérito da demanda. O juiz não resolverá o mérito quando:
- (A) o processo ficar parado durante mais de 30 (trinta) dias por negligência das partes.
 - (B) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência.
 - (C) reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada.
 - (D) reconhecer liminarmente a ocorrência de prescrição e decadência.
 - (E) homologar a renúncia do direito realizada pelo autor.
- 92.** Das sentenças finais caberá apelação, recurso este cujo procedimento deverá tramitar, a partir das seguintes regras:
- (A) a discussão acerca da tutela antecipada indeferida na decisão saneadora, pode ser suscitada pelo apelante que recorreu contra a sentença de improcedência, desde que não haja inovação fática ou jurídica a respeito daquela.
 - (B) ao juiz de primeira instância cabe a análise dos seus pressupostos de admissibilidade.
 - (C) se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões em 10 (dez) dias.
 - (D) o pedido de concessão de efeito suspensivo à apelação deve ser dirigido e apreciado pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, enquanto o processo estiver em primeira instância.
 - (E) devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria por ela impugnada, mas serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado.
- 93.** São títulos executivos extrajudiciais que dão margem a execução por quantia certa:
- (A) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture, ação com cotação em bolsa e o cheque.
 - (B) o documento particular assinado pelo devedor.
 - (C) o instrumento de transação referendado por mediador credenciado ou não por tribunal.
 - (D) a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.
 - (E) o crédito referente às contribuições ordinárias de condomínio edilício, mas não o referente às extraordinárias.

94. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por quantia certa, por meio de embargos, anotando-se que:

- (A) serão distribuídos livremente.
- (B) deverão ser instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pela parte, sob sua responsabilidade pessoal.
- (C) o juiz os rejeitará liminarmente, nos casos de indeferimento da petição inicial e de improcedência liminar do pedido.
- (D) quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do último mandado de citação aos autos.
- (E) o prazo para sua oferta é de 10 (dez) dias.

95. Nos Juizados Especiais Cíveis, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

Relativamente ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, como regulamentado pela Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta.

- (A) Tem competência para julgamento de ação de despejo para uso próprio.
- (B) Podem nele tramitar demandas cujo valor da causa não supera 60 (sessenta) salários-mínimos.
- (C) Das sentenças nele proferidas, caberá recurso de apelação.
- (D) Poderá ser parte o incapaz, desde que acompanhado de um de seus genitores.
- (E) O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.

96. Uma determinada empresa realiza uma campanha comercial na internet, para a qual, para aumentar o volume de acessos ao seu *website*, faz a compra de palavras-chave como *links* patrocinados no buscador para as situações em que uma pessoa, ao realizar uma busca por determinada palavra, acabe encontrando o endereço eletrônico da empresa. Dentre as palavras contratadas, a empresa também incluiu algumas que seriam a marca do produto de outra empresa concorrente. Tendo sido consultado para dar a sua recomendação jurídica sobre o caso, com base na legislação em vigor, é correto que

- (A) todas as palavras podem ser contratadas pela empresa, sem risco jurídico, visto que não é possível a proteção como marca da palavra em si, pois ela é considerada uma informação livre da linguagem, artigo 124, inciso II da Lei nº 9.279/96, pelo princípio da especificidade, e não haveria aproveitamento parasitário em tal prática.
- (B) a empresa deve ter cuidado para não contratar palavras-chave que sejam marcas registradas de produtos ou de empresas, pois pode incorrer no crime de concorrência desleal, artigo 195, inciso III da Lei nº 9.279/96.
- (C) a empresa só deveria contratar palavras-chave para *links* patrocinados que fossem suas próprias marcas registradas, visto que não pode utilizar demais palavras de uso comum para essa finalidade.
- (D) o uso de palavra-chave pela empresa, mesmo que ela já tenha sido objeto de registro como marca de outra empresa, não seria impeditivo para fins de busca, visto que a proteção das marcas se dá apenas na modalidade de logotipo, portanto o seu uso nominativo seria possível e não feriria o direito marcário.
- (E) pela lei, bastaria que uma palavra-chave fosse um domínio de internet para que ela não pudesse ser contratada por uma outra empresa, que não a legítima detentora daquele domínio, não havendo o requisito de ter que ser marca registrada.

97. Uma determinada obra de livro, de titularidade de uma Editora, que não tem mais exemplares impressos encontrados com facilidade para aquisição, está sendo disponibilizada de forma gratuita em websites, no formato digital. Dessa forma, um determinado profissional faz o *download* (reprodução) do livro e o compartilha no website da empresa para acesso dos demais colegas de trabalho. Dias depois, a empresa recebe uma notificação extrajudicial enviada pela Editora, alegando que houve pirataria da obra. Nesse sentido, com base nos tratados internacionais e na legislação em vigor sobre propriedade intelectual, é correto afirmar:
- (A) se a obra já se encontrava esgotada ou com dificuldade de ser encontrada, então ela poderia ser reproduzida sem a autorização prévia do titular, segundo interpretação do dever da Editora de colocar a obra disponível ao público, previsto no artigo 53, da Lei de Direitos Autorais, nº 9.610/98, sendo descabida a notificação extrajudicial.
 - (B) pelo princípio do uso justo, também chamado de *fair use*, qualquer pessoa que precise utilizar um conteúdo integral de uma obra, mesmo que esteja protegido por propriedade intelectual, pode fazê-lo, desde que dê o devido crédito de autoria (menção do nome do autor), previsto pelo artigo 46, da Lei de Direitos Autorais, nº 9.610/98, não precisando solicitar autorização prévia para seu uso integral, não havendo fundamento legal para a notificação extrajudicial.
 - (C) segundo o artigo 22 e seguintes da Lei de Direitos Autorais, nº 9.610/98, a reprodução integral de obra protegida exige autorização prévia do titular dos direitos autorais sob pena de incorrer no artigo 184 do Código Penal, sendo portanto aplicável o envio da notificação extrajudicial.
 - (D) a partir do momento em que uma obra é colocada na internet, ela cai automaticamente em domínio público, pois se torna de acesso público, não havendo mais como garantir proteção de propriedade intelectual sobre a mesma.
 - (E) não houve prática de ato ilícito, pois poderia ser aplicada ao caso a prerrogativa do artigo 46, da Lei de Direitos Autorais, nº 9.610/98, de que não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução em um só exemplar para uso privado.
98. Duas empresas estão disputando a titularidade de um aplicativo de transporte. Uma alega que foi a primeira a inventar o aplicativo e que a outra copiou a sua ideia. A segunda alega que já tinha dado entrada no pedido de patente junto ao INPI e que, portanto, teria os direitos de propriedade intelectual sobre o aplicativo e que estaria protegida pelo direito de prioridade.
- Sobre o caso narrado, para solução do conflito, assinale a alternativa correta.
- (A) Independentemente da discussão de titularidade, sobre quem tenha criado o aplicativo, a sua proteção pela lei brasileira é regida pela Lei de Software nº 9.609/98, pela Lei de Direitos Autorais nº 9.610/98, e pela Lei de Patente, quando aplicável. O registro, nesse caso, não é um requisito para formação do direito autoral, no entanto, contribui para a prova de anterioridade.
 - (B) O aplicativo de software, pela lei brasileira em vigor, apenas e somente poderá receber a proteção de patente, e para que seja patenteável precisa atender aos requisitos do artigo 8º da Lei nº 9.279/96, que são: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
 - (C) Um aplicativo é algo muito comum e copiável, não possuindo atividade inventiva. Pela legislação de patente, Lei nº 9.279/96, artigo 13, é considerada invenção aquela que é dotada de atividade inventiva sempre que para um técnico no assunto não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica.
 - (D) O direito de propriedade intelectual sempre confere ao seu titular o direito de impedir que terceiros pratiquem atos com relação ao bem protegido sem a sua autorização. Mas nesse caso do aplicativo, devido à necessidade de garantir maior competição no mercado tecnológico, teria ocorrido a exaustão de direitos, com aplicação da licença compulsória prevista no artigo 6º de TRIPS que permite que os Governos controlem os termos e processos envolvidos na concessão de uma patente. Não aplica proteção ao aplicativo devido ao interesse público.
 - (E) Todo e qualquer aplicativo é, por natureza, um software e, portanto, só pode ser protegido pela Lei de Software nº 9.609/98, não sendo possível a sua proteção, em qualquer hipótese, pela Lei de Patente nº 9.279/96.

99. Em 2010, uma empresa obteve o registro de patente de um determinado medicamento com uma grande lista de reivindicações. Ocorre que a empresa descobriu que sua patente estava sofrendo violação em 2011 mas, devido a questões internas com a matriz, deu entrada nas medidas legais em 2018. Sendo assim, sobre o caso, é correto afirmar que
- (A) após a concessão ao titular da patente é assegurado o direito de obter indenização pela exploração indevida do seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida antes da data da publicação do pedido da patente conforme reza o artigo 44 da Lei nº 9.279/96.
 - (B) a extensão da proteção da patente não é determinada pelo teor das reivindicações estando limitada apenas ao produto objeto da patente.
 - (C) mesmo tendo dado entrada após um lapso de tempo, independentemente da concessão, ainda assim é possível pleitear a reparação do dano causado visto que o direito de propriedade industrial é protegido por 20 (vinte) anos se patente de invenção e por 15 (quinze) anos se modelo de utilidade a contar da data do depósito pelo artigo 40 da Lei nº 9.279/96.
 - (D) apesar de a empresa ter os direitos de patente, segundo o artigo 225 da Lei nº 9.279/96, prescreve em 5 (cinco) anos a ação para reparação de dano causado ao direito de propriedade industrial, não sendo mais possível solicitar o ressarcimento.
 - (E) o tempo que a empresa demorou para dar entrada na ação é irrelevante, devendo ser considerada a data de início das violações apenas para fins de apuração do valor indenizatório.
100. A Sociedade atual passou a ter uma grande dependência de informação e as instituições passaram a gerar grandes bases de dados sobre suas relações com pessoas e com empresas. Essas bases de dados possuem um grande valor como ativo intangível e passaram a receber mais atenção, tanto do ponto de vista técnico, para evitar vazamento dos dados, como também jurídico, devido ao seu valor patrimonial. No entanto, uma determinada empresa de anúncio de vagas de emprego entendeu que pelo fato de ser possível acessar o website da empresa concorrente e consultar a sua base de dados de currículos cadastrados, que ela poderia reproduzir a base de dados para o seu próprio website, visto que já estava disponível e acessível pela internet. Tendo sido consultado sobre esse caso, o que você pode afirmar, com base nos tratados internacionais e legislação em vigor sobre a matéria?
- (A) As bases de dados não podem ser protegidas pela propriedade intelectual devido a reunirem o conjunto do conhecimento humano e precisam ser de livre acesso como fonte de pesquisa.
 - (B) As bases de dados foram objeto de discussão na Convenção de Berna e foram tratadas no artigo 2º, item 5. No entanto, os Estados signatários não chegaram a um consenso, motivo pelo qual este tema não foi objeto de legislação nacional dos países, inclusive do Brasil.
 - (C) Houve prática de ato ilícito pela empresa de anúncio de vagas de emprego, com base no artigo 195 da Lei nº 9.279/96, considerado concorrência desleal.
 - (D) Apesar da proteção de direitos autorais conferida às bases de dados, não houve ato ilícito cometido pela empresa que reproduziu a base de dados, pois ela já estava acessível pela internet, o que fez com que ela caísse em domínio público.
 - (E) Devido à proteção de privacidade conferida pela Constituição Federal, artigo 5º, inciso X, não aplica mais a proteção de propriedade intelectual de bases de dados empresariais quando envolver dados pessoais de usuários.

